

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA Nº 5 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E CINCO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

-----Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, pelas dezanove horas, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2017, Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) 2017-2021, Relatório da Proposta de Orçamento e Medidas de Execução do Orçamento para o ano 2017;-----

-----2. Grandes Opções do Plano para o ano de 2017; -----

-----3. Mapa de Pessoal para o ano de 2017;-----

-----4. Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos plurianuais assumidos desde 01.09.2016 a 20.10.2016; -----

-----5. Processo n.º 225/2008 – Requerente- Rafael e Cordeiro, Lda.- requer Declaração de reconhecimento de Interesse Público Municipal; -----

-----6. Processo n.º 20/2016 – Requerente- Intergados – Comercialização, Integração e Produção de Animais, S.A.- requer Declaração de reconhecimento de Interesse Público Municipal; -----

-----7. Contrato Interadministrativo para delegação de competências dos Municípios na CIMRL – Comunidade Intermunicipal de Municípios da Região de Leiria, como Autoridade de Transportes; -----

-----8. Pedido de autorização prévia para assunção de encargos plurianuais para o ano 2017 respeitantes às empreitadas: Ampliação do Jardim de Infância e EB1 da Calvaria de Cima e Construção da Rotunda do IC2 / Ex. EN 242-4 – Tremeceira; -----

-----9. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- **1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:** -----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia de Alqueidão da Serra/JFAS - Falta Justificada); Júlio João Carreira Vieira (PSD – Falta Justificada), Rita Isabel da Silva Pereira (PS – Falta Justificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Fernando Correia Marto, Rita Cerejo, António José Jesus Ferreira e Nélia Maria da Piedade Nogueira.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se a Chefe de Divisão Neuza Morins e as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de declarar abertos os trabalhos da presente sessão, deu conhecimento à Assembleia Municipal de que a senhora Rita Isabel da Silva Pereira, membro eleita pelo Partido Socialista, seria substituída nos termos da lei e do regimento, pelo membro seguinte da respetiva lista, Hermano Jorge Pontes Carreira, portador do CC 02043660 2 ZZ9 e do NIF 159 307 945, face à sua ausência nesta sessão.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia deu depois nota do relatório anual que o senhor Provedor Municipal apresentou à mesa da Assembleia e que foi oportunamente distribuído por todos os presentes, dando conta de todos os assunto que chegaram ao seu conhecimento e das diligências que efetuou.-----

-----Continuou depois dizendo que gostaria de propor à Assembleia Municipal que se fizesse um minuto de silêncio pelo falecimento do pai do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João batista e S. Pedro, José Gomes dos Santos, e também pelo falecimento da esposa do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire, Artur José dos Santos Vieira.-----

### -----2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar à Assembleia Municipal se alguém queria fazer algum reparo à ata da anterior sessão ordinária. António Manuel de Sousa Pires (PSD) pediu para se fazer uma pequena correção na página 366, na sua intervenção referente à TMDP (fixação da taxa de direitos de passagem), onde alertou para o facto de as empresas de telecomunicações não terem muito cuidado na forma como colocam os cabos e fios de ligação, dando um mau aspeto quando os cabos não estão bem esticados. Em face desta intervenção, onde se lê “...quando vão instalar os equipamentos, tenham algum cuidado” deve passar a ler-se “... **quando vão instalar os cabos e fios de ligação tenham cuidado na forma como os colocam de modo a causarem o menor impacto visual.**”-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo mais reparos a fazer, passou então o senhor Presidente da Assembleia a pôr a votação a referida ata, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

### -----3. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois referência à correspondência recebida nos respetivos serviços desde a realização da última sessão desta Assembleia, ficando a mesma disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou ainda a agradecer todos os convites que lhe foram endereçados neste período de tempo.-----

### -----4. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----Entrando no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passou a referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir.-----

#### -----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, referiu-se ao estado da assistência médica no concelho, e à falta de médicos que se verifica. Pediu depois o empenhamento do Município na resolução deste problema. Disse que tendo falado com o Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento, este lhe disse que esse problema naquela freguesia estava quase resolvido, mas que verificou que no mês passado não foi para lá nenhum médico e que saiba, não está previsto ir ainda. Fez ainda menção ao estado em que se encontra a estrada que vai do Covão de Frade até à Moleana, dizendo ser necessário que alguém se ocupasse daquilo.-----

#### -----**António Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usando da palavra referiu igualmente o problema que se verifica em Alqueidão da Serra quanto ao Posto Médico pretendendo saber se há alguma evolução conhecida. Disse depois querer salientar alguns indicadores recentes da evolução da economia portuguesa que lhe parecem serem de acentuar. *“O desemprego desceu, fixando-se em 10,5% da população ativa, percentagem esta que é a mais baixa dos últimos sete anos. O crescimento económico cresceu, surpreendentemente, 1,6%, quando comparado com o terceiro trimestre de 2015, tendo como alavanca as exportações e o turismo. A última página do Correio da Manhã de hoje, indica que o défice reduziu trezentos e cinquenta e sete milhões de euros, quando comparado com outubro de 2015. O Orçamento de Estado foi aprovado pela União Europeia não tendo sido pedidas mais medidas adicionais. Não houve aplicação de multas nem cativação de Fundos Estruturais do Programa 2020. A não cativação, vai trazer a libertação de valores e um fluxo maior de investimento, o que nos dá confiança de um pacto deveras positivo, a curto prazo, no crescimento.*-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Verificou-se também, o aumento da natalidade, o que prova maior confiança no futuro. Acresce a toda esta situação, a devolução de salários e pensões e a promessa da anulação de sobretaxas o que criou uma melhor situação económica e financeira de uma nova esperança num futuro melhor. Esta esperança, que desejamos que se concretize e consolide, vai trazer mais progresso e mais bem-estar na população. Estou crente, que esta situação vai ser acompanhada com valores mais significativos, do Governo para os Municípios e conseqüentemente, destes para as freguesias, que estão ávidas de receberem mais responsabilidades e mais meios financeiros para concretizarem os seus desejos de contribuírem mais e melhor, para o bem-estar das populações que representam. Há quem fale em afetar uma parte do IVA aos Municípios, como forma de os dotar melhor, de medidas de descentralização, como forma de financiar de novas competências".-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse, que pegando nas palavras do anterior interveniente, tem de se sentir satisfeito com alguns dos números que aquele propalou, e que só espera que isso não se venha a transferir para um aumento de dívida que se tenha que pagar mais tarde.-----

-----Disse depois que a sua intervenção iria no sentido de saber o que é que o executivo pensa fazer acerca do hotel de Porto de Mós. Sabendo toda a história do hotel, e andando o executivo a tentar requalificar toda aquela zona, perguntou quando é que o executivo resolve aquele problema, pelo qual também é responsável. Acrescentou depois que também se sente responsável por aquela vergonha que está à entrada da Vila, pois na altura, embora não tivesse poderes executivos, tinha poderes deliberativos. Disse ainda que a sua pergunta é: o que é que o executivo já fez com os duzentos e cinquenta mil euros de indemnização que recebeu, para resolver aquele problema.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**

-----Agradeceu a presença do senhor Presidente da Assembleia e do senhor Presidente da Câmara bem como de todas as pessoas que estiveram presentes no Festival do Galo que teve lugar na sua freguesia.-----

-----Agradeceu ainda ao senhor Presidente da Câmara pelo alcatroamento da estrada em Serro Ventoso dizendo que a Junta de Freguesia há-de fazer o resto. Disse ainda ter reparado que neste orçamento, existe uma verba para intervencionar a estrada que liga Serro Ventoso a S. Bento.-----

-----Passou depois a dizer que, há dois anos atrás se falou no Centro de BTT da Bezerra e teve

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma reunião com o senhor Vereador Albino Januário para pedir uma parceria ou um apoio financeiro. Naquela altura o senhor Vereador disse que não via viabilidade no projeto e que só poderia apoiar se se tratasse de um clube ou de uma associação. Mais tarde o presidente do Clube de Serro Ventoso, nessa altura responsável pelo projeto, teve uma reunião na Câmara, não tendo a mesma sido profícua. Dado que verificou que o Município não manifestou interesse no projeto, e porque é uma pessoa persistente, contactou a Federação Portuguesa de Ciclismo. A Federação disse que para ter um Centro de BTT teria que, em primeiro lugar, ter profissionais qualificados para assinar o Centro. Encontradas essas pessoas, as mesmas fizeram os percursos e montaram o Centro de BTT. Os técnicos da Federação deslocaram-se ao local e emitiram parecer do percurso e localização, do qual passou a ler as considerações finais:-----

-----"CONSIDERAÇÕES FINAIS: -----

-----1. Observações: Pré-aprovado.-----

-----2. Localização: Excelente localização.-----

-----3. Zona emblemática da Serra de Aires e Candeeiros.-----

-----4. Trilhos fantásticos, paisagens deslumbrantes, fauna própria."-----

-----Terminou dizendo que, para acabar, a Federação diz: "*tudo o que um Centro de BTT deve conter*".-----

-----Perante estas conclusões da Federação, disse que estas são em tudo opostas áquilo que o Município transmitiu inicialmente. Perante estas considerações, disse que gostava de saber se o Município está disponível para apoiar financeiramente o Clube de Serro Ventoso para se avançar com este projeto.-----

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara para responder aos anteriores intervenientes.-----

-----Começou por dizer que foi aqui colocada uma questão que é das mais pertinentes que existem no concelho de Porto de Mós por resolver e para resolver e que é urgente resolver – a questão dos médicos. Referiu que tudo o que sabe sobre esta questão, e empregando os termos da senhora diretora do ACES de Leiria, "*passámos de uma situação resolvida, para uma situação desmoronada*". Passou depois a fazer uma breve resenha sobre o que se passou nos últimos tempos relativamente aos médicos em Porto de Mós. Continuou dizendo que na situação atual, estão a decorrer concursos a nível nacional, para preenchimento de duas vagas em Porto de Mós. De acordo com o que se espera, este concurso estará concluído no final do ano, e em princípio a situação estará resolvida parcialmente, com dois médicos. Para além destes dois, o ACES está a tentar firmar um contrato de avença com mais um médico. Outro problema que se prende com Alqueidão da Serra, tem a ver com os assistentes técnicos, pois não existe médico naquela

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

freguesia em virtude da funcionária ter sido submetida a uma cirurgia, encontrando-se de baixa. Afirmou ainda que logo que a funcionária regresse ao serviço, serão retomadas as consultas.-----

-----Em Mira de Aire a situação continua complicada pois de três médicos ficou apenas com dois, que se dividem entre novecentos utentes sem médico de família, o que constitui uma sobrecarga para os clínicos mas que não é número suficiente para a afetação de mais um médico.-----

-----Juncal, Pedreiras e Calvaria de Cima é uma situação bem resolvida, fruto do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Dr. Leonel.-----

-----A **Antonio Ferrara** disse que ao nível das estradas tem vindo a ser feita alguma coisa na freguesia de S. Bento mas que ainda não se conseguiu chegar a todo o lado, principalmente tendo em vista a grande extensão de quilómetros de estradas que aquela freguesia tem.-----

-----A **Antonio Pereira Carvalho**, disse que este fez algumas considerações económicas que registou com agrado.-----

-----A **Antonio Pires**, disse sobre o hotel de Porto de Mós, que tem pena de não poder aqui apresentar as imagens 3D que o senhor Neves Cardoso lhe remeteu numa nova proposta de arquitetura do hotel e do edifício ao lado. Isto para lhe dizer que a entidade proprietária do hotel está a trabalhar, havendo apenas um senão, pois ele continua a insistir em colocar mais um piso, considerando os serviços técnicos da Câmara que não é viável por não cumprir os índices.-----

-----A **Carlos Cordeiro** deu os parabéns pela realização do Festival do Galo considerando que foi uma aposta ganha.-----

-----Referiu depois que está prevista uma verba para alcatroar alguns troços da estrada de Serro Ventoso/S. Bento, nas zonas em que a mesma se apresenta mais degradada. -----

-----Quanto ao Centro de BTT, disse que gostaria que o mesmo estivesse aprovado e não pré-aprovado, dizendo que comunga da sua preocupação em ter em Porto de Mós um Centro de BTT, pois existem todas as condições para a existência do mesmo. Disse ainda que já se realizaram no concelho vários campeonatos do mundo e da europa, achando muita gente que esta é a capital do BTT, fazendo as televisões transmissões muito interessantes sobre Porto de Mós. Disse depois que o Município está disponível para todas as iniciativas que valorizem o território e naturalmente o Centro de BTT valoriza o território. Disse depois que existe um projeto muito interessante feito para o antigo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

campo da Bezerra que é a continuidade da ecopista, que poderá ser de alguma utilidade. Quanto à disponibilidade financeira, é um assunto que a seu tempo se discutirá, sendo certo que se trata de uma iniciativa que merece todo o apoio. Disse ainda que comunga das suas ideias e do relatório que lhe foi entregue e que existem condições excelentes para fazer um Centro de BTT, que significa dinamizar o território do concelho em termos turísticos. Disse ainda que a Câmara está a elaborar um projeto de dinamização turística do concelho, estando a candidatura aprovada, que prevê inclusivamente uma feira internacional de divulgação de atividades do turismo de natureza.-----

-----**Carlos Cordeiro** usou ainda da palavra para se congratular com o facto de, ao contrário do que aconteceu há dois anos, o senhor Presidente da Câmara estar a apoiar este projeto e ter mudado de opinião.-----

### -----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PUBLICO:**-----

-----Havendo público presente, o senhor Presidente da Assembleia passou a perguntar se alguém queria intervir. Não havendo pedidos de intervenção, passou-se seguidamente à ordem de trabalhos.-----

### -----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2017, Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) 2017-2021, Relatório da Proposta de Orçamento e Medidas de Execução do Orçamento para o ano 2017; e 2. Grandes Opções do Plano para o ano de 2017;** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia usando da palavra disse que os dois documentos seriam apresentados e discutidos conjuntamente, atendendo à interligação existente entre ambos, sendo no entanto a sua votação feita separadamente.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que estes dois pontos seriam apresentados pelo senhor Vice-Presidente, mas que no entanto iria tecer algumas considerações sobre o Plano de Atividades para 2017. Começou dizendo que está a falar-se de um Plano de Atividades cujo montante ronda os vinte milhões de euros, e que é fortemente influenciado pelas verbas do Quadro Comunitário de Apoio 2020, que finalmente está no terreno, e para o qual existem algumas obras já aprovadas - Centro Escolar de Porto de Mós, relativamente ao qual já foi assinado o contrato de apoio, a Central Termoelétrica, a Escola de Calvaria de Cima e Jardim de Infância de Calvaria de Cima, bem como alguns projetos para além destes que se enquadram no âmbito da ARU. Ainda no âmbito deste Quadro de Apoio, conseguiu-se hoje apresentar os elementos em falta no projeto de candidatura relativamente ao saneamento de Mira de Aire, pelo que também a 2ª fase do saneamento de Mira de Aire está previsto pensando que vai ser aprovado.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Sabendo que se está a falar de ano de eleições, este orçamento será, para este executivo, executado apenas durante seis/sete meses. No entanto, não obstante ser ano de eleições, disse que não se fugiria ao rigor que se quer continuar a imprimir ao Plano de Atividades e Orçamento, porque naturalmente isso se refletirá nas contas finais. Disse ainda que gostaria de sair de cabeça erguida, deixando para o novo executivo uma situação económica muito diferente daquela que herdou, podendo dizer que neste momento a dívida existente é zero. Disse ainda que, no anuário dos municípios que hoje foi publicado, o concelho de Porto de Mós está em segundo lugar do distrito logo a seguir à Marinha Grande, em termos de situação económica, o que é para si e para todo o executivo, bastante gratificante.-----

-----Em relação ao Orçamento, disse que existem algumas rubricas que considera extremamente importantes e que tem a ver com investimentos na educação, na cultura e no saneamento e ainda com alguns alcatroamentos que reputa de urgentes.-----

-----Referiu-se ainda a uma rubrica destinada à extensão de Saúde de Calvaria de Cima, dizendo que se a Junta de Freguesia não fizer obras urgentes naquelas instalações, aquela extensão pode fechar, razão pela qual se tem de intervir rapidamente naquele Centro de Saúde, colaborando com a Junta de Freguesia.-----

-----Referiu ainda que é urgente a ampliação da zona industrial de Porto de Mós, porque os lotes estão praticamente esgotados.-----

-----Referiu ainda que estão previstas verbas na ordem de um milhão de euros para questões sociais: AEC's, refeições escolares e transportes escolares, que embora não estejam inscritas na rubrica de ação social, não deixam de o ser.-----

-----Passou depois a usar da palavra o senhor Vice-Presidente para apresentar os documentos em discussão salientando alguns aspetos que considera mais relevantes. Continuou dizendo que o Orçamento reflete muito do que foi a estratégia do executivo desde há dez anos. Não fora uma estratégia bem-sucedida ao longo destes anos todos e hoje não teríamos aqui este orçamento. Disse depois que comporta uma enorme aposta no investimento, tendo aproximadamente um milhão e oitocentos mil euros a mais do que tinha o orçamento inicial de 2016. A realidade que hoje o Município apresenta em todos os domínios, permitiu que se contruísse um orçamento com toda a possibilidade de existir por um ano, mas também para deixar sementes a médio e longo prazo. Fez depois a comparabilidade entre os orçamentos de 2016 e 2017. O orçamento aumentou, variou positivamente, quer em qualidade quer em quantidade, sendo que a receita cresce, comparando-

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a com 2016, cerca de 13,07%, sendo certo que a receita corrente sobe apenas 3,42%.-----

-----Fez ainda menção à ALE – Área de Localização Empresarial - grande novidade que este Plano de Atividades trás para Porto de Mós, considerando-a uma alavanca de desenvolvimento estratégico para o concelho, e que se situará em toda a zona a sul da Zona Industrial de Porto de Mós, estendendo-se até à estrada de Casais de Baixo. Para já o que está em curso, é uma candidatura da 1ª fase, que envolve cerca de 19 a 20 hectares. Ao contrário do que acontece com a Zona Industrial de Porto de Mós que, por via dos constrangimentos impostos pelo Plano de Pormenor, apenas permite a implantação de indústria, a ALE permitirá a implantação de comércio, serviços, industria e qualquer atividade económica, abrindo um mundo de opções e atratividade para o concelho e havendo condições financeiras para avançar com o projeto. -----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes passou a ler a seguinte intervenção:-----

-----"No Plano de Atividades, estão elencadas a realização de diversas infraestruturas, umas necessárias, cujo investimento fica aquém do suficiente, como é o caso do saneamento, outras voluptuárias que serão uma mera escolha política deste município socialista. Nas Grandes Opções do Plano e na designação Ação Social, um orçamento de cerca de vinte milhões de euros, apenas vinte mil e quinhentos euros, é que são diretamente, para apoio a pessoas mais vulneráveis. Destes vinte mil e quinhentos euros, metade é para gastar num dia, ou seja, no Dia do Idoso, e a outra metade, dez mil e quinhentos euros, é para gastar durante um ano inteiro. Será que este valor é suficiente? Diríamos antes que é ridiculamente insuficiente. As pessoas mais uma vez, ficam muito aquém da política social da Câmara. O que adianta por exemplo, ter boas estradas se muitas famílias deste concelho não têm que comer, não têm que vestir, não têm dinheiro para comprar produtos de primeira necessidade para os seus filhos. Esta Câmara, embora socialista, não tem uma preocupação centrada nas pessoas. Aliás, sendo este orçamento o último que este executivo coloca a discussão e votação, denota-se claramente uma preocupação eleitoralista e não uma preocupação com o bem-estar e satisfação das necessidades primárias dos munícipes, pois a preocupação direta com as pessoas representa 0,05% do valor global do orçamento. Qualquer IPSS desta concelho gasta com as pessoas um valor muito superior do seu orçamento, com muito menos receitas, do que o município. Hoje deveríamos estar a votar um orçamento que se centrasse no essencial de qualquer comunidade, o bem-estar das pessoas, mas tal não acontece. Aqui a Ação Social deveria ter um orçamento reforçado, mas não. Num orçamento de vinte milhões, a ação social só tem um valor ridículo. Tem previsto apoio em espécie a famílias carenciadas, apenas três mil e quinhentos euros; na aquisição de bens de consumo para o espaço social, apenas cinco mil euros; no apoio a compra de medicamentos, apenas dois mil euros (baixou até quinhentos euros em relação ao ano transato). Sendo certo que as ruas e os alcatroamentos são importantes,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*não é menos certo que este é um tempo em que é mais importante dar de comer a quem tem fome, auxiliar na saúde quem não pode pagar medicamentos, pagar os estudos a quem não pode estudar, enfim, satisfazer as necessidades básicas de qualquer ser humano e só depois tratar das necessidades secundárias. É uma questão das hierarquias das prioridades. Mas o que existe é uma total inversão das prioridades, pois apenas contemplar três mil e quinhentos euros para apoio em espécie para pessoas carenciadas, dois mil para apoio de medicamentos e cinco mil para a loja social, dá um total de dez mil e quinhentos euros. Num Orçamento de vinte milhões é, como já referi, um apoio muito redutor que ronda 0,05% da percentagem total do município. É esta a percentagem da preocupação deste município com os mais desfavorecidos. No último orçamento deste executivo, seria imprescindível e urgente, que a Câmara tivesse a sensibilidade social para apoiar os estudantes universitários que não concretizam os seus estudos por dificuldades económicas, e Porto de Mós, não é exceção. Seria urgente a criação de bolsas de estudo para estes jovens carenciados, sendo que a criação de bolsas de estudo é até uma obrigação e função social da Câmara Municipal. Este ano, tínhamos a esperança de que estivesse previsto um claro aumento no apoio às pessoas, em especial nas rubricas que mencionei. Este município escolheu estas opções políticas, que em nosso entender não são as melhores nem de longe nem de perto. Revela até uma cegueira branca quanto ao que seria um orçamento mais justo e equitativo para o concelho e para as pessoas. Acredito e tenho esperança que um dia surja um novo paradigma de política e de justiça social, porque sou otimista e perseverante e possuo uma fé inabalável de que um dia as pessoas estarão em primeiro lugar, relativamente às infraestruturas." -----*

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Sobre os documentos que hoje estão em discussão, disse que começaria pelas Grandes Opções do Plano. Disse não haver dúvidas quanto à questão da importância do projeto ALE, congratulando-se com isso. Disse ainda que gostaria de ver na Zona Industrial empresas novas que nascessem ali de raiz, não negando no entanto, a importância de algumas se terem deslocalizado de outros concelhos para ali se instalarem.-----

-----Quanto ao saneamento de Mira de Aire, disse que há trinta anos que anda a ouvir falar no assunto e que isso já devia estar resolvido. Referiu ainda outros pequenos nichos em que também não há saneamento e cuja situação já poderia estar resolvida, já para não falar no saneamento da zona da serra que nunca aqui mereceu referência, não sabendo qual a intenção da Câmara a esse respeito.-----

-----No que refere ao orçamento, referiu-se à intervenção de Antonio Pereira Carvalho quanto ao desempenho do Governo, dizendo que se se fizer o paralelismo entre o Governo Socialista e a governação Socialista da Câmara de Porto de Mós, se vão encontrar diferenças brutais. O que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Antonio Carvalho acabou de referir, passa por colocar mais dinheiro nas mãos dos contribuintes. Em Porto de Mós, tem-se feito precisamente o contrário. Enquanto que o executivo a nível nacional não está preocupado com a dívida, mas com as pessoas, o executivo em Porto de Mós, preocupou-se com a dívida da Câmara e não se preocupou rigorosamente nada com os contribuintes e se estes têm dinheiro ou não para pagar os impostos. Se se comparar o orçamento de 2016 com o de 2017, verifica-se que os impostos diretos descem 2,37%, mas os impostos diretos não são da responsabilidade do executivo municipal, com exceção da derrama, porque todos os outros impostos são decisão do governo central, podendo no entanto aquele intervir na fixação da taxa a aplicar. Pese embora, em termos de IML ter-se fixado a taxa mínima, poder-se-ia ainda ter intervindo em sede de IRS. Referiu ainda quanto ao facto de o senhor Vice Presidente dizer que os juros da dívida são uma insignificância, o são porque, para além de se dever pouco as taxas de juro são praticamente zero. A sua questão aqui é, quando amanhã o próximo executivo tiver necessidade de fazer investimentos, por exemplo, na Zona Industrial, se nessa altura vai conseguir financiar-se às taxas que o executivo tem hoje. Atendendo às condições financeiras que o município tem hoje, isso poderia permitir que os munícipes de Porto de Mós tivessem uma outra situação financeira.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso –PSD):**-----

-----Congratulou-se em virtude de ver contemplada a intervenção na estrada Serro Ventoso/Chão das Pias. Referiu-se depois à rubrica Turismo, à valorização do património natural no âmbito do Programa 2020, dotada com trezentos mil euros e dirigidos à requalificação da zona da Fornea, do lado do Chão das Pias perguntando, se a candidatura for chumbada, se o município investirá na mesma este dinheiro em Serro Ventoso.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondendo aos anteriores intervenientes, perguntou a **Olga Silvestre** se esta vive no concelho de Porto de Mós, porque está completamente desfasada da realidade do seu município, tendo a sua intervenção demonstrado isso mesmo. Disse ainda que esta tentou fazer uma apreciação política tentando denegrir este orçamento, o que não foi conseguido, pois este é um orçamento de rigor e acima de tudo um orçamento social, contrariamente ao que a aquela interveniente disse. Passou depois a elencar os apoios prestados pela Câmara Municipal às famílias carenciadas, nomeadamente no âmbito escolar com o fornecimento de refeições gratuitas às crianças cujos agregados familiares não conseguem suportar esses custos, a participação nas AEC's, os livros escolares, a tarifa social no fornecimento de água entre outros. Disse ainda que o que foi dito não corresponde minimamente à intervenção deste executivo municipal na política social que tem para este concelho.-----

-----A **Antonio Pires** disse que a 1ª fase da zona industrial demorou vinte anos a fazer, tendo sido

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este executivo que a concluiu, fazendo a 2ª e 3ª fase e estando a preparar a 4ª fase. Disse depois que o que lhe interessa é que tenham vindo empresas para o concelho e que aqui paguem impostos, criem postos de trabalho e gerem riqueza, havendo ali indústrias de topo em várias áreas.-

-----Quanto ao saneamento de Mira de Aire, disse que também aí está enganado, pois não foram trinta anos mas quarenta, pois sempre se lembra de ouvir falar nisso. Faltou foi sempre coragem para avançar com essa obra, atendendo às dificuldades técnicas e financeiras. Foi preciso chegar o tal executivo socialista que aqui foi referido, para avançar com essa obra, estando já grande parte de Mira de Aire servida com saneamento e indo agora arrancar a segunda fase.-

-----No que se refere aos pequenos nichos de saneamento referidos pelo anterior interveniente, disse que se há coisa que este executivo tem feito são essas pequenas extensões de saneamento por todo o concelho, exemplificando com a freguesia de Pedreiras e Alqueidão da Serra.-

-----Quanto ao paralelismo feito com o Governo Central e à preocupação do município com a dívida, disse que, obviamente que o executivo está preocupado com a dívida, porque quando assumiu funções com Presidente da Câmara tinha uma máquina retida no reparador da mesma que não a libertava por falta de pagamento não querendo deixar ao executivo que lhe suceder uma situação financeira semelhante.-

-----A **Carlos Cordeiro** disse que o projeto que este referiu, é um projeto que visa uma dinâmica no âmbito do turismo de natureza na nossa região, estando uma verba comprometida para o efeito, tendo que ser apresentado um estudo que, especifique, caso a caso onde esse dinheiro irá ser gasto, nomeadamente, em questões imateriais (dinamização, divulgação, marketing) e onde a freguesia de Serro Ventoso e Alvados estão contempladas.-

-----Seguidamente usou da palavra o senhor Vice Presidente esclarecendo ainda **Olga Silvestre**, que são muitos os apoios e muito significativos, que estão implícitos em muitas das verbas que constam deste orçamento. É possível fazer um levantamento de quais os encargos, o esforço financeiro do orçamento para fins sociais e aqueles que não estando aqui expressos como tal, mas que efetivamente o são. Lembrou o apoio à CERCILEI, para citar apenas um caso, que não aparecendo em nenhuma das rubricas de ação social, não deixa de o ser.-

-----A **Antonio Pires** disse que o presente orçamento cresce 13% sem que seja necessário aumentar um cêntimo de impostos. Tal é fruto de um trabalho que tem vindo a ser realizado há anos.-

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, disse que parece que este pautou as suas intervenções pela falta de rigor. Quanto à questão que colocou, sobre se os trezentos mil euros seriam aplicados em Serro Ventoso, disse que as questões não são colocadas nesses termos. Quanto aos dois projetos que referiu, disse que ele próprio lhe disse que desenvolvesse um projeto para requalificar a entrada da mina, pagando a Junta de Freguesia o projeto e a Câmara as obras. Até hoje não recebeu qualquer proposta nesse sentido.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD)** voltou a usar da palavra dizendo que queria pedir desculpa ao senhor Presidente da Câmara pois deve ter-se expressado mal nos comentários que fez relativamente à Zona Industrial. Em relação às críticas que fez aos executivos anteriores, disse que nunca fez parte desses executivos, pelo que está à vontade. Disse depois em relação às contas, que a água aumenta 17%, os impostos indiretos 17% e as taxas, como já havia dito, 8%. Disse ainda que existe uma situação em que concorda com o executivo e que ficou bem claro que este não se revê em nada no executivo do governo central. Se o Governo não está preocupado com as dívidas, o executivo municipal de Porto de Mós está, demasiadamente, em sua opinião, considerando que no meio-termo é que está a virtude.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

- -----Usando da palavra disse que é sempre interessante ver o senhor Presidente da Câmara a fazer este *replay* dos anteriores executivos. Referindo-se depois à ALE, disse que mesma só peca por tardia e que queria colocar uma questão relativamente a isso – se a área que vai ser desenvolvida para a expansão empresarial está dimensionada para receber grandes empresas. Perguntou depois, relativamente à Zona Industrial, em termos quantitativos, quantos postos de trabalho foram criados a mais. Teceu depois algumas considerações sobre o Orçamento propriamente dito.-----

-----Referindo-se depois à intervenção de Olga Silvestre disse que os apoios sociais podem, conforme os membros do executivo disseram, estar disseminados por outras rubricas, mas que quando se olha para o orçamento, as verbas consignadas à ação social são diminutas.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Usando da palavra disse que ao longo de quatro anos apresentou aqui concordâncias e discordâncias relativamente a documentos análogos que aqui foram apresentados, referindo que continua a não ver refletido nestes documentos um planeamento estratégico do município relativamente a um plano integrado de desenvolvimento turístico, etc. mas isso são questões de opção política.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse depois que não lhe faz confusão que a sua colega Olga Silvestre levante as questões sociais, mas que, verificou que nas primeiras páginas do Plano e depois refletido no Orçamento, em questões sociais, falando de alimentação escolar, apoio em medicamentos, apoio à família, etc. - estão afetos mais de um milhão de euros. Disse que é a favor de que se suscitem as questões que têm a ver com os apoios sociais, mas tem que se perceber de que é que se está a falar, dizendo que nem sequer conseguiu perceber bem onde é que se queria chegar com essa conversa, fazendo-lhe alguma confusão virem aqui dizer-se as coisas só por dizer. Disse ainda que há várias coisas em que não concorda com o executivo, nomeadamente da opção estratégica que é feita para a central termoelétrica. Mas isso são opções que fizeram e estão a cumprir-las. Quanto aos impostos diretos, diminuíram porque houve uma opção política de diminuição.-----

-----Olhando para o orçamento, disse que o executivo tem uma preocupação com o endividamento achando que deve tê-la. Disse ser frontalmente contra meter-se mais dinheiro no bolso dos consumidores para que estes consumam mais, sendo isso que o Governo Central está a fazer.-----

-----Saúda o alargamento da zona industrial para o efeito que já aqui foi exposto, pois existem empresas de serviços, que não conseguem entrar naquela área.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou ainda da palavra dizendo que a Área de Localização Empresarial é um pau de dois bicos, pois se se tivesse aberto aquela zona industrial logo de início, a qualquer tipo de empresa, teríamos aquela zona industrial, toda ela repleta de edifícios para entrepostos TIR, tendo havido vários pedidos nesse sentido. Assim foi bom ter-se vedado o acesso a instalação dessas empresas, pois agora a zona industrial está repleta de empresas produtivas, sendo que apenas permite a instalação de empresas com código empresarial "indústria". Disse ainda que também foi aqui referida a dimensão das empresas referindo que hoje em dia as grandes empresas não se medem pela área de construção.-----

-----Respondendo a quem referiu que se estava em presença de um orçamento de campanha, disse, que o facto de haver mais um milhão de euros, tem a ver com fundos comunitários recebidos, sendo um orçamento realista e não empolado por motivos eleitorais.-----

-----Terminou dizendo que considera que este é o orçamento mais equilibrado dos últimos anos.-----

-----Referindo-se depois à intervenção de **Mário Cruz**, disse que este referiu bem que, até parece que as questões sociais previstas neste orçamento são apenas aquelas que estão

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diretamente mencionadas, exemplificando com a construção da CERCILEI. Referiu ainda o apoio ao CASSAC para construção de um lar de 3ª idade, dizendo a Olga Silvestre que isso também é ação social.

-----O senhor Vice Presidente usou também da palavra dizendo a **Antonio Pires** que foi oportuno na sua referência a impostos indiretos, mas que isso cai pela base quando se olha para os números. Quando o aumento da percentagem se faz sobre uma base muito pequena o resultado global é muito pequeno, nulo ou sem nenhuma expressão, sendo valores absolutamente residuais.

-----Respondendo a **Mário Cruz**, disse que, quanto ao IMI, a opção já vem de trás e é mantê-lo na taxa mínima. A descida do IMI resulta de mecanismos previstos na própria lei.

-----A **José Gabriel Vala** disse que não é apenas agora que se está a investir, mas neste momento existe a possibilidade de utilizar uma boa parte daquilo que há-de ser o saldo orçamental, que se estima em cerca de dois milhões de euros o que permite subir um pouco o investimento. Outro fator são as receitas de capital que se esperam e que hão-de vir como consequência das candidaturas aprovadas.

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 1 da ordem de trabalhos - **Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2017, Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) 2017-2021, Relatório da Proposta de Orçamento e Medidas de Execução do Orçamento para o ano 2017** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 7 (sete) votos contra, 3 (três) abstenções e 19 (dezanove) votos a favor.**

-----Seguidamente, foi o ponto 2 da ordem de trabalhos - **Grandes Opções do Plano para o ano de 2017** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 7 (sete) votos contra, 3 (três) abstenções e 19 (dezanove) votos a favor.**

### -----**3. Mapa de Pessoal para o ano de 2017;**

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que esta questão tem a ver com algumas adaptações dos serviços. Existem catorze lugares abertos mas apenas um lugar a prover dado que nas piscinas municipais passou a ser obrigatória a presença de um nadador salvador. Os restantes lugares têm a ver com situações de mobilidade interna.

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o ponto 3 da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**4. Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos plurianuais assumidos desde 01.09.2016 a 20.10.2016;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que este ponto da ordem de trabalhos tem a ver com a delegação feita pela Assembleia na Câmara Municipal, para que esta pudesse executar compromissos plurianuais até um determinado montante, cuja lista está na posse dos membros da Assembleia. Referiu que este é um documento apenas para conhecimento da Assembleia Municipal.-----

-----**5. Processo n.º 225/2008 – Requerente - Rafael e Cordeiro, Lda.- requer Declaração de reconhecimento de Interesse Público Municipal e 6. Processo n.º 20/2016 – Requerente- Intergados – Comercialização, Integração e Produção de Animais, S.A.- requer Declaração de reconhecimento de Interesse Público Municipal;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a introduzir os assuntos acima mencionados, referindo que por via do Decreto Lei 165/2014, alterado pela Lei 21/2016, que estabelece o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, estas empresas tem a possibilidade de legalizar as instalações existentes e/ou da ampliação dessas mesmas instalações. Por forma a permitir que essas empresas regularizem a situação, é requisito que as mesmas instruem o processo com esta declaração de interesse municipal.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD)**, pediu a palavra para dizer que a ideia que tem, e que decorre do Decreto Lei nº 165/2014, é que estes assuntos já deviam ter sido objeto de deliberação por esta Assembleia Municipal até ao final do transato ano. O senhor Presidente da Câmara respondeu que esse prazo foi prorrogado até 19 de julho do presente ano.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que estes processos são situações que de vez em quando vão aqui aparecendo. Disse ainda que a sua opinião pessoal é que, sempre que for possível, a Assembleia Municipal deve aprovar essas declarações de interesse publico municipal porque essas empresas representam uma mais-valia para o concelho. Colocou depois a seguinte questão: quando os processos aqui vêm é para a Assembleia dizer sim, sendo que será esta a responsável por essa decisão. Perguntou se existem alguns processos desta natureza que eventualmente tenham sido reprovados em reunião de Câmara nunca tendo chegado a ser remetidos à Assembleia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal.-----

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que já houve uma altura em que sugeriu que a Câmara fosse junto das empresas de que tem conhecimento de que não estão legalizadas para que fossem legalizadas todas de uma só vez. Relativamente ao processo referente à pedreira disse achar que se está a alargar a zona de exploração da pedreira, para além da sua área de acordo com o mapa que faz parte do processo. Perguntou se isso não foi legalizado nem com o PDM nem com o Parque Natural, não sabendo até ponto a Assembleia Municipal e os seus membros não poderão vir a ser responsabilizados por essas legalizações. Perguntou ainda porque é que estas situações não ficaram resolvidas com o PDM e porque é que a Assembleia Municipal tem de continuar a emitir estas declarações.-----

-----**Antonio da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Disse que sempre foi defensor da aprovação deste tipo de propostas. Tendo em conta que o licenciamento de pedreiras tem o objetivo de desenvolvimento e criação de postos de trabalho. Relativamente às suiniculturas, disse que se está a viver uma situação complicada, dado que a crise nesse setor é grande. Por esse motivo, disse, não deve ser a Assembleia Municipal a colocar entraves à legalização dessas empresas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que o município não está a legalizar nada, mas apenas a emitir um documento que permite que essas empresas o façam. Pode acontecer que mesmo com esse documento, a Comissão Decisória, entidade composta pelas diversas entidades intervenientes no processo, considere que não é possível a legalização. Disse ainda que o novo PDM prevê estas situações.-----

-----O senhor Vice-Presidente acrescentou ainda que estas situações não irão acabar. Enquanto houver situações pendentes e houver uma janela aberta para a sua legalização, é natural que venham aqui mais processos desta natureza. Disse depois que, a decisão da Assembleia pode não ser coincidente com a que o executivo tomou, devendo esta assumir esse facto.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 5 da ordem de trabalhos - **Processo n.º 225/2008 – Requerente - Rafael e Cordeiro, Lda.- requer Declaração de reconhecimento de Interesse Público Municipal** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente, foi o ponto 6 da ordem de trabalhos - **Processo n.º 20/2016 – Requerente- Intergados – Comercialização, Integração e Produção de Animais, S.A.- requer Declaração de reconhecimento de Interesse Público Municipal** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**7. Contrato Interadministrativo para delegação de competências dos Municípios na CIMRL – Comunidade Intermunicipal de Municípios da Região de Leiria, como Autoridade de Transportes;**----

-----O senhor Presidente da Câmara deu a palavra à senhora Vereadora do Pelouro da Educação, Anabela Martins, que passou a explicar que com a publicação da Lei 52/2015 (Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros – RJSPTP), os municípios são as autoridades competentes quanto ao serviço público de transporte de passageiros de âmbito municipal. Podendo os municípios delegar nas Comunidades Intermunicipais, através da celebração de contratos interadministrativos, as respetivas competências nessa matéria, e tendo-se a CIMRL constituído como Autoridade de Transporte após reunião havida, para melhor gestão e controle mais rigoroso, foi decidido por todos os concelhos que a integram, delegar essas competências na CIMRL, através da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências. Importa agora submeter à aprovação desta Assembleia Municipal a minuta desse, que foi oportunamente distribuído por todos os membros da Assembleia.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Perguntou se do que se está aqui a falar é a CIMRL ficar com competências para legalizar e fiscalizar os transportes públicos. A senhora Vereadora respondeu que para já é isso, mas também para efetuar o estudo que seja necessário fazer, pois não faz sentido cada câmara estar a fazer um, de *per si* e depois a CIMRL estar a fazer outro relativo aos transportes intermunicipais. Terminou dizendo que todos os concelhos da CIMRL chegaram à conclusão de que seria o melhor procedimento a adotar.-----

-----**Antonio Pires** deixou depois uma pergunta ao executivo, sobre qual a opinião que tem sobre o giro ou sobre uma situação idêntica que se possa fazer em Porto de Mós.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que a questão do giro é uma questão de competência dos municípios Batalha e Leiria, que está a ser gerido apenas e unicamente na esfera do município. Disse depois que queria apenas acrescentar uma coisa ao que disse a senhora Vereadora: existe uma dificuldade acrescida que foi referida na Assembleia Intermunicipal como uma grande dificuldade. Existem neste concelho transportes escolares que são transversais a mais do que uma Comunidade Intermunicipal (Porto de Mós/Alcobaça: Comunidade Intermunicipal do

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Oeste; Porto de Mós/Torres Novas: Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo...) Reunidos os Presidentes de Câmara da CIMRL, foi opinião unanime que deveria ser a Comunidade Intermunicipal a centralizar este processo.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 8 da Ordem de Trabalhos - **Contrato Interadministrativo para delegação de competências dos Municípios na CIMRL - Comunidade Intermunicipal de Municípios da Região de Leiria, como Autoridade de Transportes:** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**8. Pedido de autorização prévia para assunção de encargos plurianuais para o ano 2017 respeitantes às empreitadas: Ampliação do Jardim de Infância e EB1 da Calvaria de Cima e Construção da Rotunda do IC2 / Ex. EN 242-4 - Tremoceira;**-----

-----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários. Referiu depois que quase poderia dizer que isto é redundante em relação à aprovação do orçamento, porque em janeiro já não era preciso este assunto vir aqui à Assembleia Municipal. Trata-se da assunção de encargos plurianuais para 2017, que estão previstos no documento que aqui foi aprovado. No entanto há uma questão que é importante, razão pela qual este assunto está hoje aqui a ser discutido, nomeadamente a questão do Jardim de Infância e da EB1 de Calvaria de Cima. Disse que existe uma urgência enorme na realização desta obra, porque se se conseguir realizar uma parte do investimento durante o primeiro semestre de 2017, conseguir-se-á uma bonificação de 7,5%.-----

-----Referiu depois a urgência de que se reveste a construção da Rotunda do IC2 / Ex. EN 242-4 - Tremoceira, atendendo a que a sinalização semafórica agora ali existente se encontra perfeitamente obsoleta, sendo necessária a sua substituição, o que significa um grande investimento. Com a construção da rotunda, evita-se esse investimento, tornando o escoamento de trafego muito mais eficaz.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Disse que queria aqui fazer duas críticas a duas rotundas - não a esta, com cuja construção concorda inteiramente - e que são a rotunda de S. Jorge e a rotunda da Jardoeira que, disse, talvez por falta de sinalização adequada e até por deficiente conceção, oferecem perigo para os automobilistas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse quanto à rotunda de S. Jorge que a situação da sinalização iria ser corrigida.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo mais intervenções, foi posto a votação o ponto 8 da Ordem de Trabalhos - **Pedido de autorização prévia para assunção de encargos plurianuais para o ano 2017 respeitantes às empreitadas: Ampliação do Jardim de Infância e EB1 da Calvaria de Cima e Construção da Rotunda do IC2 / Ex. EN 242-4 – Tremeceira** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**9. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara prescindiu de ler o documento enviado a todos os deputados municipais atempadamente, dando conta da atividade do município no período compreendido entre a última sessão da Assembleia Municipal e esta mesma, manifestando a sua disponibilidade para prestar qualquer informação tida por conveniente. Salientou apenas algumas atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal, nomeadamente as obras na Central Termoelétrica que estão a decorrer a bom ritmo, bem como salientou as obras do Centro Escolar de Porto de Mós que decorrem igualmente a bom ritmo. -----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Questionou sobre se iria ser efetuada uma intervenção numa rua do centro histórico, que vem do Rio Seco, de acesso à zona histórica, e se está prevista a limpeza dos terrenos no topo norte do cemitério bem como a construção de estacionamento e algum espaço de apoio a quem vem à zona histórica, com a posterior regulamentação do trânsito que por ali passa, nomeadamente na Rua D. Fuas Roupinho, talvez criando um sentido único. Disse ainda que acha que está previsto em Plano de Atividades, o arranjo de todo o espaço envolvente das piscinas e campo de futebol e se isso já está a ser pensado, se está adjudicado a alguma empresa, se está a ser desenvolvido algum trabalho e se antecipadamente poderiam ter conhecimento do que está previsto para lá. Outra situação que referiu tem a ver com as casas velhas que estão em frente ao futuro hotel perguntando se alguma vez houve contacto com os proprietários no sentido da sua aquisição para alargar o Parque Verde até à rua de cima.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Começou por abordar o tema da estrada da Boieira e as más condições em que a mesma se encontra. Referiu-se depois à estrada da Zona Industrial do Juncal que está a ser alcatroada pedindo que se tomem algumas providências no sentido da redução da velocidade dos automobilistas que por ali passam. Para terminar, disse que gostaria de perguntar ao senhor Presidente quando é sua intenção acabar os passeios que ligam até à Capela da Cumeira.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que achava muito bem o plano estratégico de turismo de natureza, perguntando o que é que ele contempla.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo que em relação ao arranjo urbanístico da envolvente das piscinas municipais o projeto está a ser feito, tendo já sido apresentado um estudo prévio. O projeto será aprovado na Câmara Municipal antes de passar a definitivo. Quanto às casas em ruínas, trata-se de propriedade privada pelo que terá de se ver a forma legal de solucionar aquela questão.-----

-----A **Luís Almeida** disse que tem conhecimento do estado da estrada da Boieira considerando-a preocupante. Quanto à pavimentação da Rua da Zona Industrial do Juncal está a ser feita, dizendo que tem de se ver o que pode ali ser feito, talvez com uma sinalização reforçada. Quanto aos passeios disse que teria de se ver como serão feitos.-----

-----Seguidamente o senhor Vereador Rui Marto usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos, dizendo a José Gabriel Vala que em relação ao Rio Seco, há um projeto feito que na altura não tinha ainda contemplado o terreno que depois se veio a adquirir no topo nascente do Cemitério Velho, tendo no entanto o projeto de alargamento da rua com a execução de muros e de infraestruturas. Quanto ao projeto do arranjo da envolvente das piscinas, o projeto está a ser trabalhado estando previsto no PARU, contrato que já está assinado.-----

-----Em relação ao Plano Estratégico de Turismo de Natureza, disse que o valor previsto em Orçamento se refere aos serviços de consultadoria. Quanto aos trezentos mil euros, que a Câmara terá de validar dizem respeito a várias vertentes, nomeadamente, promoção em termos de presença em feiras, promoção por edição de folhetos ou outra documentação, alguma construção de infraestruturas tais como o arranjo da Fornea, do Centro de Desportos ao Ar Livre e ainda a produção de áudio visual. Trata-se de um projeto global, que não é nem para Serro Ventoso nem para Alcaria/Alvados. Abrange o concelho todo, com especial incidência na área do Parque Natural. Fora da área do Parque Natural o que é mais pedido é a integração do CIBA dentro da parte estratégica de turismo.-----

### -----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: 1. *Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2017, Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) 2017-2021, Relatório da Proposta de Orçamento e Medidas de Execução do Orçamento para o ano 2017*; 2. *Grandes Opções do Plano para o ano de 2017*; 3. *Mapa de Pessoal para o ano de 2017*; 5. *Processo n.º 225/2008 – Requerente-Rafael e Cordeiro, Lda.- requer Declaração de reconhecimento de Interesse Público Municipal*; 6.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Processo n.º 20/2016 – Requerente- Intergados – Comercialização, Integração e Produção de Animais, S.A.- requer Declaração de reconhecimento de Interesse Público Municipal; 7. Contrato Interadministrativo para delegação de competências dos Municípios na CIMRL – Comunidade Intermunicipal de Municípios da Região de Leiria, como Autoridade de Transportes; 8. Pedido de autorização prévia para assunção de encargos plurianuais para o ano 2017 respeitantes às empreitadas: Ampliação do Jardim de Infância e EBI da Calvaria de Cima e Construção da Rotunda do IC2 / Ex. EN 242-4 – Tremeceira tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 23.00 horas do dia 25 de novembro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_